

## ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO PARFOR EQUIDADE

Jaqueline Rodrigues<sup>1</sup>  
Giovana Medianeira Fracari Hautrive<sup>2</sup>  
Ana Lucia Fonseca Flores<sup>3</sup>  
Nubia da Silva Teixeira<sup>4</sup>  
Tania Micheline Miorando<sup>5</sup>

### RESUMO

Este relato de experiência refere-se à atuação de acadêmicas voluntárias que fazem parte da equipe extensionista em um projeto voltado ao acolhimento de bebês da etnia Mbyá Guarani no Tempo Universidade. A ação extensionista constitui-se como parceria entre os cursos de Licenciatura Mbyá Guarani - Educação Intercultural Indígena e Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, ambos vinculados ao Parfor Equidade, com o objetivo de apoiar a permanência de mães e pais estudantes indígenas, garantindo condições para a participação nas aulas presenciais. Entre janeiro e fevereiro de 2026, a equipe extensionista organizou-se em turnos para desenvolver ações de cuidado e acolhimento, respeitando a língua, a cultura e os modos tradicionais de educação da infância Mbyá Guarani. A metodologia fundamentou-se na organização colaborativa do grupo, na escuta sensível às famílias e na observação cotidiana dos bebês, priorizando o cuidado às infâncias. As ações configuraram-se como presença atenta e construção de dias leves, respeitando os tempos, a autonomia e as dinâmicas culturais da infância indígena. Observou-se que os bebês são livres para hora do soninho ou lanches, o que exigiu flexibilidade e sensibilidade intercultural. O ambiente foi organizado de modo a garantir segurança, liberdade de movimento e respeito às especificidades socioculturais. A experiência evidenciou a relevância da oferta de programas de formação como os cursos Parfor Equidade como política pública comprometida com a formação docente intercultural e com a justiça social. O projeto de extensão vinculado à coordenação do curso fortalece a permanência estudantil indígena e contribui para a formação de profissionais sensíveis à diversidade, à coletividade e à responsabilidade social. Destaca-se que a ação extensionista terá continuidade até 2029, período correspondente ao programa Parfor Equidade na Universidade Federal de Santa Maria e a formação dos/as estudantes indígenas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, consolidando-se como estratégia

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria, [rodriguesjaque2202@gmail.com](mailto:rodriguesjaque2202@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Adjunta no Departamento de Educação Especial, Coordenadora do Curso de Educação Especial Inclusiva, Coordenadora do projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria, [giovana.hautrive@ufsm.br](mailto:giovana.hautrive@ufsm.br);

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria, [analuuflores@gmail.com](mailto:analuuflores@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria, [biateixeira311@gmail.com](mailto:biateixeira311@gmail.com);

<sup>5</sup> Professora Adjunta no Departamento de Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, [tania.miorando@ufsm.br](mailto:tania.miorando@ufsm.br).



institucional de apoio permanente. Assim, reafirma-se a importância de iniciativas que articulem inclusão, equidade e respeito às culturas originárias no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Parfor Equidade, Permanência estudantil, Infância indígena, Extensão universitária, Formação docente intercultural

## UM TEMPO DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS

Este relato de experiência refere-se à atuação de acadêmicas/os voluntárias/os do Curso de Educação Especial Inclusiva, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que fazem parte da equipe extensionista do projeto Ação Extensionista de Permanência Estudantil: Acolhimento Intercultural de Crianças e Bebês Mbya Guarani registrado no portal de projetos sob o número 065376 e tem como objetivo principal o acolhimento de bebês da etnia Mbyá Guarani, no período presencial das aulas do Curso de Licenciatura Mbya Guarani – Educação Intercultural Indígena nomeado como Tempo Universidade. O projeto de extensão está registrado no Curso de Educação Especial Inclusiva que é ofertado a partir do Programa Nacional de fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica /Parfor equidade e tem como objetivo promover a Formação de Professores em Educação Especial, considerando os paradigmas que já orientaram essa área de formação e, mais atualmente, a discussão da inclusão escolar que toma como referência a Educação Especial, como eixo transversal da Educação Básica do país.

Este curso de licenciatura proporciona uma Formação de Professores para além das políticas de inclusão, tendo como referência um campo do conhecimento mais amplo que o ensino e a aprendizagem. Encontramos essa discussão quando falamos do que é preconizado pela Pedagogia da Alternância, ou seja, quando se enfatiza a participação ativa dos/as licenciandos/as no processo de aprendizagem, incentivando a autonomia e a responsabilidade com sua realidade social. A formação almejada contempla os conhecimentos científicos e técnicos específicos, que subsidiam a formação do/a professor/a em Educação Especial para a inclusão do público da Educação Especial no contexto escolar, cultural, social e político.

Durante a formação neste curso, as bases cursadas buscam fundamentar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão e se identificam com a necessidade de rever o modelo de formação de professores, tendo em vista a formação integral do/a profissional em processo formativo. O tripé ensino, pesquisa e extensão, base da formação universitária, ocorre por meio das disciplinas, projetos e atividades diversas que a instituição oferece e que os cursos de graduação participam ativamente. A estrutura curricular conta com núcleos fixos e núcleos flexíveis, sendo que as atividades de extensão se encontram no núcleo flexível.



Para fortalecer a parte extensionista do curso, são proporcionados projetos os/as licenciandos/as onde encontram propostas nas quais podem se filiar e exercer um tempo de vivências, cujas experiências passam a compor o repertório formativo para a docência nos processos inclusivos, dentro dos espaços educacionais. Para isto, todas as oportunidades são aproveitadas, posto que, durante os dez semestres do curso, a formação inicial de professores para a educação especial, os estudantes têm oportunidades de vivências práticas no contexto escolar, como estágios não obrigatórios ou participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), proposições em projetos de extensão ou outras atividades acadêmicas vinculadas ao curso e a universidade .

A ação extensionista a que este trabalho se debruça a relatar, constitui-se como parceria entre os cursos de Licenciatura Mbyá Guarani - Educação Intercultural Indígena e a Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, ambos vinculados ao Parfor Equidade, com o objetivo de apoiar a permanência de mães e pais estudantes indígenas, garantindo condições para a participação nas aulas presenciais, propondo a criação de um espaço de acolhimento e atenção e cuidado intercultural destinadas a crianças e bebês Mbyá Guarani, enquanto seus pais e mães frequentam em aulas presenciais, no seu curso, na sede da UFSM.

A criação de um espaço de acolhimento intercultural para crianças e bebês Mbyá Guarani, conduzido por acadêmicos/as dos cursos de Educação Especial Inclusiva, da UFSM, atende diretamente ao compromisso da extensão universitária de atuar sob demandas reais da sociedade, promovendo a inclusão, respeito à diversidade e apoio a populações historicamente vulnerabilizadas. Estar próximo de contextos que são discutidos durante a formação docente qualifica a prática que encontra sentido nos textos estudados ao relembrar as vivências, em suas singularidades, nos momentos de discussões formativas.

O curso Mbyá Guarani Educação Intercultural Indígena é uma oferta do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores(as) da Educação Básica / Parfor Equidade, é uma licenciatura presencial de oito semestres, com objetivo de formação de professores indígenas Guarani Mbyá, contemplando dez comunidades diferentes no estado do Rio Grande do Sul. O currículo intercultural, estruturado em regime de alternância (tempo-universidade e tempo-comunidade), valoriza os saberes tradicionais, a língua e a cosmovisão Mbyá, visando fortalecer as escolas nas aldeias e promover a autonomia educacional.

A extensão feita pelo curso de Educação Especial Inclusiva se concretiza na interação direta e dialógica entre universidade e comunidade Mbyá Guarani, uma vez que a ação responde a uma demanda apresentada pelos próprios estudantes pais e mães indígenas. Essa



tríade fortalece a formação dos envolvidos, comprometendo-a com a realidade social, a interculturalidade e a construção de práticas educativas inclusivas e eticamente responsáveis.

O Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - Parfor Equidade regulamentado pela Portaria Capes Nº 102, de 24 de abril de 2025 (Brasil, 2025), tem como finalidade fomentar a formação inicial de professores para a Educação Escolar Indígena, Quilombola, do Campo, Educação Bilíngue de Surdos e Educação Especial Inclusiva, abrangendo tanto as redes públicas de Educação Básica quanto as redes Comunitárias de Formação por Alternância.

A proposta de ação extensionista de permanência estudantil, promovendo o acolhimento intercultural de crianças e bebês Mbyá Guarani, realizada na Universidade Federal de Santa Maria/RS, pelo período de 12 de janeiro ao dia 06 de fevereiro de 2026, foi realizada principalmente no acolhimento destinados aos/às filhos/as dos/as acadêmicos indígenas em formação inicial do curso de licenciatura Mbyá Guarani. As atividades foram realizadas presencialmente, no que se denomina Tempo Universidade, e será melhor discutida no decorrer deste trabalho.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a Coordenação Nacional das Políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos originários.

A extensão universitária constitui um dos três pilares fundamentais do Ensino Superior, juntamente com o ensino e a pesquisa. Sua principal finalidade é promover a integração entre a universidade e a sociedade, estabelecendo uma relação dialógica que possibilita o fortalecimento de saberes entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais e culturais. Nesse contexto, a extensão articula a teoria em práticas na formação profissional, por meio da oferta de cursos, projetos, eventos e serviços, contribuindo para a transformação social, o desenvolvimento cultural e a formação cidadã. Além disso, proporciona aos/às licenciando/as uma aprendizagem significativa, ao inseri-los/as em situações contextuais que ampliam sua visão crítica e seu compromisso com a sociedade.

A formação docente intercultural tem como objetivo preparar educadores para atuarem em contextos marcados pela diversidade, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e o respeito às múltiplas identidades. Essa perspectiva contribui para o enfrentamento de práticas



discriminatórias, racistas e excludentes no ambiente escolar. Fundamentada em uma abordagem crítica, busca desconstruir modelos eurocêntricos de conhecimento, valorizando saberes tradicionais, a ancestralidade e as formas de resistência de grupos historicamente marginalizados. Desse modo, fortalece práticas pedagógicas mais inclusivas, equitativas e socialmente comprometidas no contexto da sala de aula.

A permanência de estudantes indígenas na universidade é importante, mas não é o suficiente. Essa permanência envolve condições reais para que eles/as consigam continuar, implicar-se e concluir o curso. Destacamos aqui alguns desafios enfrentados: dificuldades para manterem-se com recursos próprios, posto que muitos/as estudantes vêm de comunidades com poucos recursos financeiros; distância da família e da aldeia, o que leva à saudade, solidão e impacto emocional; diferenças culturais e linguísticas, pois nem sempre a universidade respeita e compreende o saber indígena; preconceito e discriminação, posto que há situações de racismo e exclusão; dificuldades acadêmicas, quando os métodos de ensino muitas vezes não consideram a diversidade cultural.

Foi oferecido pela instituição, políticas e ações de permanência acadêmica para os estudantes Mbyá Guarani como bolsas, moradia, alimentação, programas de apoio pedagógico, espaço de acolhimento e convivência indígena. Entretanto, estamos em processo de aprendizagem junto a uma convivência que há muito foi estigmatizada e interpretada sem considerar seus saberes ancestrais culturais, observando o processo educacional que promovem em suas aldeias, com as crianças. O projeto extensionista tem um papel relevante em promover a integração entre estudantes indígenas e não indígenas.

Para o curso de Educação Especial Inclusiva que se propõe a compreender o paradigma de uma Educação Inclusiva, esses momentos de estudos e vivências são a própria base do curso. As Rodas de Conversa proporcionadas durante o desenvolvimento do projeto nos aproximaram a conhecer sobre a cultura indígena e suas singularidades a cada novo encontro, na espera das crianças, todos os dias. Aprendemos a valorizar os saberes tradicionais dentro da universidade, quando o mais comum é valorizar saberes culturais eurocentrados, deixando desconhecidos os aspectos sul-americanos que são o chão de nossos conhecimentos também ancestrais.

Dentre um dos maiores aprendizados, podemos dizer que combater o preconceito por meio da informação que foi buscada na realização deste projeto, mostrou o quanto o tempo que passamos da formação dentro de espaços da universidade, provocou nossos cuidados a serem mais inclusivos e acolhedores. A permanência, que é um dos principais objetivos do projeto para os familiares indígenas, que trouxeram seus/suas filhos/as durante a sua



formação, pretende garantir a igualdade de oportunidades em relação àqueles que não tem a preocupação de amamentar, alimentar ou trocar as fraldas, entretendo com cuidado, zelo, brincadeiras, nesse tempo de formação profissional que irá se estender até 2029, mas hoje, traz o recorte da experiência do período de janeiro e fevereiro de 2026 para este relato.

Ganhou a universidade por fortalecer a diversidade cultural dentro desses espaços que, muitas vezes, provoca um apagamento, usando de generalizações para dinamizar os currículos em discussão formativa. O diálogo que se estabeleceu entre os professores indígenas em formação inicial e professores não indígenas também em formação inicial, que, ao voltarem para as suas aldeias, já poderiam levar impressões de passarem a contribuir na construção de uma sociedade que, no mínimo, conversa com os povos originários e os respeita, determinou outro ponto importante que passamos a considerar.

Abaixo apresentamos alguns registros do ambiente preparado para receber as crianças, mostrando aos/às pais/mães que poderiam perceber o cuidado que tivemos em esperá-los/as. Os materiais foram adquiridos com o fomento proporcionado na implantação do curso Parfor Equidade. A organização de ambientes de convivência e estudo para as experiências em uma docência formativa investigativa.

Imagem 1 - Sala do projeto-acolhimento inicial, organizada em territórios



Fonte: Acervo do Projeto

Imagem 2 - Materiais didáticos Fonte:Acervo do Projeto



Fonte: Acervo do Projeto

Para conhecermos mais detalhadamente o que vivenciamos, passamos a relatar um pouco mais do que fizemos no projeto. Entre janeiro e fevereiro de 2026, a equipe extensionista organizou-se em turnos para desenvolver ações de cuidado e acolhimento, respeitando a língua, a cultura e os modos tradicionais de educação da infância Mbyá Guarani. Foi importante a orientação metodológica que fundamenta a organização colaborativa do grupo, na escuta sensível às famílias e na observação cotidiana dos bebês, priorizando o cuidado às infâncias.

As ações se configuraram em presença atenta e construção de dias leves, respeitando os tempos, a autonomia e as dinâmicas culturais da infância indígena. O projeto tem como base o funcionamento contínuo do espaço de acolhimento intercultural, no atendimento integral de bebês e crianças Mbyá Guarani, de 0 a 3 anos, durante todo o período de permanência universitária de seus/suas pais/mães no Tempo Universidade. O fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade indígena estava sendo observado a todo momento, posto que a defesa pela qualificação da formação prática e intercultural dos/as acadêmicos/as envolvidos/as era a condição que subsidiou estarmos juntos/as.

Durante as ações dos/as voluntários/as participantes do projeto, passamos por formação constante, investigando e discutindo o que se observava: os/as bebês não seguiam rotinas rígidas para hora do soninho ou lanches, o que exigiu a produção de um lugar onde os lanches permaneciam no campo visual dos bebês, para que, ao sentirem vontade de se alimentarem ou beberem água, tivessem acesso. A flexibilidade e sensibilidade intercultural afetou diretamente a organização dos espaços, as mães ao serem questionadas sobre os horários respondiam “eles são livres”. Inicialmente um dos bebês evidenciou insegurança em



romper com a presença dos pais e permanecer conosco, característica comum e natural, sendo que seria a primeira vez que este bebê estaria com pessoas diferentes além da sua rede de apoio, portanto, desconhecidas. Este foi um momento respeitado por todos/as os/as presentes, pois foi previamente orientado pela coordenação do projeto, que poderia vir a acontecer, posto que, pela pouca idade, alguns/as não têm contato com pessoas para além da aldeia na qual residem, além de todas as questões culturais e linguísticas, pois seus pais falam Mbyà Guarani com os bebês.

No entanto, quando percebíamos que a criança estava insegura, e, os recursos utilizados por nós não acalmavam, era solicitada a presença do pai ou da mãe que estava em sala de aula no andar superior do mesmo prédio, o que já havia sido pensado propositalmente para facilitar esse fluxo, apenas um lance de escada separava os pais estudantes dos seus filhos. Durante todo o período do projeto, a porta da sala onde o espaço de acolhimento estava organizado, permaneceu aberta, considerando que as crianças estão acostumadas a circular livremente pelos ambientes, pois vivenciam esse movimento com naturalidade e autonomia. Essa abertura também facilitou a observação e a entrada dos pais no espaço. O diálogo estabelecido acontecia de forma recíproca, vindo de ambos os lados, o que nos proporcionava maior confiança em relação às atividades planejadas. Ao mesmo tempo, essa interação nos mostrava a necessidade de manter a abertura ao novo, tanto nas propostas de atividades quanto nos espaços explorados e na maneira de conduzi-las, especialmente para favorecer a construção e o fortalecimento das relações.

Outro aspecto relatado foi a falta de familiaridade das crianças com o uso de ar-condicionado, uma vez que, na aldeia, esse recurso não é utilizado, mesmo em um período de temperaturas elevadas e verão intenso. O ambiente foi organizado de modo a garantir segurança, liberdade de movimento e respeito às especificidades socioculturais das crianças, sendo que os ajustes necessários foram realizados ao longo da sua permanência no espaço. A sala foi preparada com diferentes recursos pedagógicos, entre eles jogos de montar e de encaixe, bonecas, espaços que simulavam ambientes do cotidiano doméstico, como o da cozinha, com utensílios e objetos de limpeza, além de um cantinho destinado ao descanso e ao sono das crianças..

Em um primeiro momento, as crianças demonstraram interesse por brinquedos e objetos que para eles eram novidade. Percebemos que cada um escolhia o que mais lhe interessava e brincava por momentos mais longos ou curtos, logo buscando outras possibilidades com mais brinquedos. Um menino, de três anos de idade, o mais velho da



turma, demonstrou interesse por jogos de montar e encaixe. De repente percebemos sua fluência bilíngue guarani-português ao nomear algumas cores. Em determinada brincadeira de saltar pelo tapete colorido, em cada volta que dava, escolhia nomear a cor ao pisar sobre elas.

Outro bebê, demonstrava interesse pelo território da imaginação, espaço organizado com utensílios que remetiam ao ambiente da cozinha, explorando brinquedos que representavam panelas, frutas e a geladeira. Também circulava pelo espaço com uma pequena vassoura, realizando movimentos de limpeza do ambiente, prática recorrente em seu cotidiano na aldeia, relacionado ao cuidado com suas casas. Em cada turno, cerca de quatro voluntários/as estavam presentes no espaço, acompanhando as crianças e contribuindo para a organização das atividades. Foi assegurada a livre expressão das crianças, permitindo que circulassem pelos ambientes preparados, internos e externos, do Centro de Educação/UFSM, sempre acompanhadas pelos/as voluntários/as.

No espaço externo, as crianças brincavam livremente e exploravam o gramado, revelando que sua conexão com os espaços naturais também se mantinha presente naquele contexto. A preferência por permanecerem descalças mostrou-se uma característica marcante dessa fase da infância, evidenciando modos próprios de relação com o ambiente. Uma das crianças tinha preferência por brinquedos musicais, tornando evidente seu interesse pela música e pela dança nos momentos em que interagiu com esses recursos. Além disso, vínculos afetivos também eram construídos em momentos de descontração, especialmente quando bolhas de sabão eram feitas por algum/a de nós, provocando risos, encantamento e diversão compartilhada.

Durante as atividades buscamos proporcionar um ambiente acolhedor, seguro e afetivo com os bebês e crianças Mbyá Guarani. Procuramos respeitar suas necessidades, promovendo interações por meio de brincadeiras, música e dança. Essa vivência foi profundamente significativa para nossa formação docente, pois nos permitiu compreender, na prática, a importância do acolhimento e do respeito às realidades culturais na construção de uma educação mais inclusiva. Além disso, possibilitou a aproximação com dimensões culturais que, até então, pouco pareciam em outros momentos formativos, mas que passaram a integrar nosso repertório de experiências e aprendizagens fundamentais ao longo do curso.

## **NOS PREPARANDO PARA O PRÓXIMO ENCONTRO**



A experiência evidenciou a relevância dos cursos que compõem o Parfor Equidade como política pública comprometida com a formação docente intercultural e com a justiça social. O projeto, nesta primeira etapa de realização, fortaleceu a permanência estudantil indígena e contribuiu para a nossa formação de profissionais sensíveis à diversidade, à coletividade e à responsabilidade social, o que percebemos agora, olhando para as ações que realizamos e o quanto as discussões formativas se enriqueceram como práticas docentes investigativas.

Destacamos que a ação extensionista terá continuidade até 2029, período que acompanha tanto a trajetória formativa dos/as estudantes indígenas na universidade, quanto o nosso próprio processo de formação como educadores/as especiais. Nesse percurso, a ação se consolida como estratégia institucional de formação permanente, em consonância com a responsabilidade social assumida ao escolhermos a docência como campo profissional e a formação em uma instituição pública federal. Assim, reafirmamos a importância de iniciativas que articulem a inclusão e equidade no Ensino Superior, promovendo espaços em que o respeito às culturas originárias seja reconhecido como dimensão fundamental da formação acadêmica e humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 01 de abril de 2026.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Casa Civil. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 01 de abril de 2026.

BRASIL, **Portaria nº 102, de 24 de Abril de 2025**. Catálogo de Normas e Atos Administrativos. Disponível em <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=17925>. Acesso em 9 março 2026

